

Revolução Francesa

João Pedro Ricaldes dos Santos – História 2011

Seja pelo seu roteiro dinâmico, seja pelo seu desfecho, a revolução francesa de 1789 deixou marcas profundas na humanidade. Iniciada com propósitos conservadores, passou por uma fase burguesa, extravasou para o campo da fúria popular, para finalmente acomodar-se aos propósitos da elite empresarial, concedendo importantes conquistas populares e democráticas.

A causa estrutural da Revolução pode ser localizada na inadequação entre o poder econômico, controlado pela burguesia, e o poder político, sob domínio da nobreza.

A derrubada da monarquia absolutista foi precipitada por um conjunto de fatos decisivos do ano de 1789: os crescentes gastos da Monarquia Francesa, desde a Guerra dos Sete Anos (1758-1763), passando pela ajuda francesa à independência dos EUA (1776) e pelos custos do luxo da Corte.

Para solucionar a crise financeira, o rei Luís XVI convoca o Parlamento (Estados Gerais) para aprovar um novo imposto. Os representantes do 1º e do 2º Estados se negam a debater o assunto, enquanto o 3º Estado transforma-se em Assembléia Constituinte para implantar um modelo político democrático, sob a inspiração dos ideais iluministas.

A Constituinte cria a Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão, base para a 1ª Constituição (1791), que determina o fim da servidão feudal, a igualdade jurídica, a liberdade de preços e comércio, além da monarquia constitucional dividida em três poderes.

O rei determina o fechamento da Constituinte, mas é obrigado a aceitá-la devido à força das jornadas populares que garantem a aplicação da Constituição. No interior da França, os camponeses se antecipam ao novo governo e cobram o fim da servidão com armas na mão, invadindo feudos e destruindo castelos. É o Grande Medo. A nobreza europeia invade a França para acabar com o exemplo camponês e burguês.

A nobreza francesa apóia a invasão ou fuge para o exterior (inclusive o Rei), o que causa no camponês o pânico do retorno da servidão.

A Constituinte converte-se em parlamento permanente (a Assembléia Nacional) na qual o partido dos girondinos tem o controle das decisões entre 1792 e 1793.

Os girondinos combatem os “traidores” da Pátria e dirigem o julgamento e a execução do Rei Luís XVI, após o episódio de sua tentativa de fuga. No entanto, os girondinos se recusam a adotar medidas exigidas pelo povo (voto universal; preços fixos) e são derrubados pelo partido dos jacobinos.

No período jacobino (1793-1794) uma nova Constituição atende aquelas exigências populares, além de impor a economia de guerra e ampliar a execução de opositores (Terror). Assim, a França ganha a guerra contra a Europa, estabiliza os preços e aniquila os inimigos.

Seria a hora de rever as medidas mais duras. A divisão interna entre os que defendem a manutenção das medidas drásticas e os que defendem o afrouxamento delas, leva os jacobinos à queda e ao retorno dos girondinos no comando da revolução (Golpe do Termidor)

Na fase termidoriana (1795-1799) implanta-se a 3ª Constituição, que restabelece os direitos favoráveis à alta burguesia: voto censitário, liberdade de preços e produção.

O Exército ganha grande destaque político na tarefa de desarmar o povo, evitar novas jornadas e novos golpes da esquerda. O Exército, com Napoleão, alia-se à Alta Burguesia e fecha o Parlamento (Golpe do 18 Brumário). A revolução se conclui ao se estabilizar e se restringir a seu caráter burguês.

As principais conseqüências deste processo foram: o fim do Absolutismo Monárquico na França, abalando em todo o mundo os seus fundamentos ideológicos; a ascensão da alta burguesia ao poder político; a difusão do liberalismo político e o estímulo à independência das colônias nas Américas.